



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE UnB PLANALTINA - FUP
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - LEdoC

ADILENE PEREIRA DOS SANTOS

**DESIGUALDADE DE GÊNERO NA COMUNIDADE MAIADINHA NO VÃO DO
MOLEQUE: RELATOS DE MULHERES KALUNGA SOBRE VIOLÊNCIA E
DISCRIMINAÇÃO**

PLANALTINA – DF

2015

ADILENE PEREIRA DOS SANTOS

**DESIGUALDADE DE GÊNERO NA COMUNIDADE MAIADINHA NO VÃO DO
MOLEQUE: RELATOS DE MULHERES KALUNGA SOBRE VIOLÊNCIA E
DISCRIMINAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade UnB de Planaltina – FUP/UnB, como exigência parcial para a obtenção do título de licenciada em Educação do Campo - LEdoC, na área de Linguagens.

Orientador: Professor Dr. Djiby Mané.

PLANALTINA – DF

2015

DESIGUALDADE DE GÊNERO NA COMUNIDADE MAIADINHA NO VÃO DO
MOLEQUE: RELATOS DE MULHERES KALUNGA SOBRE VIOLÊNCIA E
DISCRIMINAÇÃO

ADILENE PEREIRA DOS SANTOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade UnB de Planaltina
– FUP/UnB, como exigência parcial para a obtenção do título de licenciada em
Educação do Campo - LEdoC, na área de Linguagens.

Defendida e aprovada em ____ de janeiro de 2016

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Djiby Mané – FUP/UnB (Orientador)

Profa. Ma. Ana Cristina de Araújo – FUP/UnB (Membro Interno)

Prof. Dr. José João de Carvalho (Membro Externo)

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por acreditar que tudo que tenho feito é guiado por ele. Ao meu orientador, pelo apoio e atenção dada em todos os momentos dessa caminhada, apontando a trajetória da produção acadêmica; aos meus pais por serem a principal base no meu processo formativo; o meu esposo, que tanto colaborou tomando conta de nossos filhos enquanto estive no curso. Aos meus familiares, professores e colegas de graduação que me deram as mãos e contribuíram para minha formação com incentivo e ensinamento para toda minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que é a luz que ilumina meus caminhos, sendo Ele o grito da minha vitória.

Aos meus pais, Silvino e minha mãe Adelina, por ter me proporcionado a vida e por ser a base estrutural que me acolhe e apóia em todos os momentos da minha vida.

Aos meus irmãos, por ter compartilhado do mesmo colo que me fez dormir e acordar sempre de bem com a vida.

Ao meu esposo, Albino, e aos meus filhos (as), Loyanne, Lomane, Layon e Luan, pelo apoio e compreensão transmitida no meu caminho.

Ao meu sogro, Aristido, e à minha sogra, Cassimira, pelo apoio e a colaboração de ajudar cuidar dos meus filhos enquanto eu permanecia no curso.

Aos meus cunhados e suas esposas (os), Josiano, Delzi, Rosa, Narcisio, Maria e Edito, por ter colaborado em ajudar cuidar dos meus filhos enquanto eu estava presente no Tempo Universidade (TU).

Às minhas tias Joana e Isabel, que para mim é como se fosse minha segunda mãe, quem me ajudou a permanecer nesse curso por quatro anos.

Às minhas queridas primas, Divina, Jordana, Erlane e Dorilene, quem cuidava dos meus filhos enquanto eu fazia meus trabalhos da faculdade.

À direção da escola Estadual Kalunga, por ter aberto as portas e apoiado na realização do estágio e das intervenções; e aos professores da escola, Nilça, Dulcimar, Marinez, Raulisom e Joverci, por terem acompanhado e avaliado o estágio supervisionado.

À professora Eliete, pelo carinho e o apoio à ciranda, dando segurança às mães enquanto permanecia no curso.

À equipe discente administrativa e técnica da LEdoC, pelos encaminhamentos importantes dados a minha formação.

Ao programa institucional de Bolsa á Docência – PIBID, por ter me proporcionado benefícios que me deram condições para realizar ações nas escolas.

A toda equipe discente e colaboradores da Licenciatura em Educação do Campo – LEdoC, pelas suas contribuições diretas e indiretas na minha formação.

À turma Zumbi dos Palmares, pela oportunidade de aprender com a experiência de cada um, e em especial às minhas primas e amigas Dulcimar, Niecia, Renivan, Maria Pereira, Eva e Esterina, por ter me dado os ombros para eu chorar e sorrir nas horas mais difíceis e alegres durante o curso.

À minha prima Railda e o seu esposo Darci, por ter compartilhado sua casa comigo para eu descansara cabeça durante alguns finais de semana, enquanto eu permanecia no curso.

Violência doméstica

*Quantas vezes me bateu
sem falar o que eu fiz
eu só queria ser feliz
você não compreendeu
o meu coração sofreu
sentindo o corpo padecer
em troca de tanto amor
tive sofrimento e dor,
mas não vivo sem você*

*É difícil de entender
porque sou tão submissa
sirvo pra tua cobiça
teu momento de prazer
porém nada vou dizer
o meu direito é se calar
se nem piso na calçada
mesmo assim fico marcada
sem ter forças pra lutar*

*Apenas vou chorar
recuar mais uma vez
diante a tua embriaguez
nada posso recusar
tudo tenho que aceitar
calada sou agredida
e por ser tão dependente
vivo casada e carente
escrava da própria vida*

*Gostaria de gritar
para o mundo inteiro ouvir
o tanto que sofri
sem poder denunciar
se não tenho onde morar
vivo a mercê da sorte
vou me recolher tão cedo
convivendo com o medo
de escrever a própria morte.*

Guibson Medeiros

RESUMO

Este trabalho trata da desigualdade de gênero na comunidade Maiadinha no Vão do Moleque: relatos de mulheres kalunga sobre violência e discriminação. O objetivo geral desta pesquisa é analisar, por meio dos discursos de mulheres Kalungas, as relações sociais que geram desigualdades e violências de gênero na comunidade Maiadinha no Vão do Moleque e refletir sobre o papel da escola perante essa realidade. A base metodológica partiu das ideias de Creswel (2010) e Gerhardt e Silveira (2009). Para a sua realização foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa, por meio da observação participante e a entrevista semiestruturada, com oito mulheres da localidade, distribuídas em dois grupos: lideranças e não lideranças. A coleta de dados ocorreu nos meses de abril a setembro de 2015, com base em procedimentos que possibilitaram maior aproximação entre o pesquisador e a amostra em estudo. .Através dos dados obtidos e das discussões teóricas feitas através de fundamentos como os de Azevedo (1985), Baiocchi (2006), Dias (2014), Molina (2010), Caldart (2012), Silva (1980), Teles (2003), e entre outros foi possível verificar que há necessidade de que a escola do campo represente o seu papel inclusivo e fortalecedor das lutas das mulheres desta comunidade por terem os seus direitos sociais e dignidade humana fortalecidos, de maneira que o papel da educação possa exercer transformações importantes quanto à valorização da mulher quilombola, que tem contribuído em muito para a construção histórica da sociedade, tanto pelo seu trabalho, quanto pelo apoio destinado às conquistas obtidas na realidade social de onde estão inseridas.

Palavras-chave: Desigualdade de Gênero. Violência. Mulher. Educação do Campo.

ABSTRACT

This work deals with gender inequality in Malhadinha community in the Go Molech: reports kalunga women about violence and discrimination. The overall objective of this research is to analyze, through the speeches of Kalungas women, social relations that generate inequalities and gender-based violence in the community Maiadinha Go to Molech and reflect on the role of school before this reality. The methodological basis of the left Creswel ideas (2010) and Gerhardt and Silveira (2009). **Keywords:** Gender Inequality. Violence. Woman. Rural Education. For its realization a qualitative research was developed, through participant observation and semi-structured interviews with eight women of the town, divided into two groups: leaders and not leaders. Data collection occurred from April to September 2015, based on procedures that allowed closer relationship between the researcher and the study sample. Through the data obtained and the theoretical discussions made by fundamentals such as Azevedo (1985), Baiocchi (2006), Dias (2014), Molina (2010), Caldart (2012), Silva (1980), Teles (2003) and among others observed that there is need for the field school representing their inclusive role and strengthening the struggles of women of this community to have their social rights and human dignity strengthened, so that the role of education can have significant transformations as the appreciation of maroon woman who has contributed greatly to the historic building society, both for their work, as the support for the achievements in the social reality in which they operate.

Keywords: Inequality of Gender. Violence. Woman. Rural Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1: METODOLOGIA	16
1.1 Tipo de pesquisa.	16
1.2 Instrumentos de coleta de dados.....	17
1.3 Procedimentos para coleta de dados.....	17
1.4 População.	19
1.5 Amostra.	19
1.6 Análise de dados.	21
1.7 Memorial.....	21
CAPÍTULO 2: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.	24
2.1 Comunidade quilombola.	24
2.2 O lugar das mulheres negras: saberes quilombolas e vida cotidiana.....	29
2.3 Os aspectos da violência contra a mulher e a desigualdade de gênero.....	30
2.4 Descrição da escola local.	35
2.5 A educação do campo: reflexões sobre a igualdade de gênero.....	37
CAPÍTULO 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES.	41
3.1 Discursos das mulheres: lideranças da maiadinha educação do campo: reflexões sobre a igualdade de gênero.	41
3.2Discurso das mulheres: não lideranças da maiadinha.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS.	50
REFERÊNCIAS.....	52
APÊNDICES.....	55

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende analisar, por meio de pesquisa de cunho qualitativo com mulheres Kalungas, as relações sociais que geram desigualdades e violências em face das diferenças de gênero na comunidade Kalunga Maiadinha, que está inserida no Sítio Histórico Vão do Moleque, município de Cavalcante-GO.

A comunidade Maiadinha situa-se a 130 km do município de Cavalcante Goiás, possui hoje cerca de 270 famílias. Surgiu por volta do final do século XVIII, quando ex-escravos se refugiaram nos vãos lugares montanhosos de difícil acesso.

As mulheres da comunidade ressaltam que umas das partes da casa mais privilegiada por elas é o quintal de suas casas, onde elas plantam suas hortas, que são adubadas com adubo orgânico produzido na própria comunidade, cultivam jiló, quiabo, maxixe, alface, coentro, pimentão, abóbora, tomate e outros alimentos que ajudam na alimentação de toda família. Também essas cultivam algumas plantas medicinais como: o capim de cheiro, o capim eucalipto, a erva cidreira, o manjeriço, a arruda, o alecrim, a dipirona, a novalgina e outros que são utilizados para chás caseiros contra febre, dor de cabeça, dor de barriga, inflamação de garganta, dor de dente e outras doenças. O capim eucalipto e o capim de cheiro são usados também para lavar a cabeça quando a pessoa está gripada, sendo esse um dos costumes bastante privilegiado pelas mulheres Kalunga da comunidade Maiadinha no Vão do Moleque.

A comunidade Maiadinha vivencia uma dura realidade de precariedades e dificuldades relacionadas à infraestrutura, à qualidade e à ampliação do ensino fundamental e médio, acesso a serviços públicos de qualidade e a empregos dignos.

Diante desse contexto, muitos jovens, entre esses, muitas jovens adolescentes, migram para cidades próximas à procura de melhores condições de vida, até mesmo para ajudar a seus pais, e não continuam seus estudos por terem que trabalhar para manter seu sustento.

Assim, permanecem estudando apenas aqueles jovens que os pais têm condições de ajudar na sobrevivência quando saem para outras localidades. Há jovens que decidem permanecer na comunidade para se casar e formar suas famílias, sendo obrigados a renunciarem um futuro promissor que poderia ser adquirido através do ensino e do trabalho.

Entretanto, muitos deles se casam contra suas vontades, começam a namorar e a ter relações sexuais muito cedo, principalmente as mulheres, que são vítimas de muito preconceito na região. Quando os pais descobrem, eles as obrigam a se casarem ou então as expulsam de casa. Segundo moradoras da comunidade Maiadinha, no Vão do Moleque a vida delas foi um imenso sofrimento para resistir às demandas, ou seja, às imposições, muitas delas impostas pelos próprios pais.

De alguns anos para cá, estamos buscando quebrar algumas dessas barreiras por meio de intervenções, peças teatrais e reuniões dentro e fora da escola, visto que por meio do estudo, no curso de Licenciatura em Educação do Campo, descobri a possibilidade de transformação social através da escola.

Essas atividades de conscientização e respeito em relação às diferenças de gênero, à escola e à valorização do Vão do Moleque e dos sujeitos e história que o lugar carrega consigo, vêm sendo organizadas por nós, educandos do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UnB, os professores da escola local, os agentes de saúde da comunidade e as demais lideranças locais.

Muitas pesquisas já foram feitas sobre as comunidades quilombolas e sobre os Kalunga, mas ainda é preciso aprofundar os estudos em relação à desigualdade de gênero e a violência, tendo como foco as mulheres de Maiadinha.

Outros aspectos que justificam este trabalho acadêmico estão relacionados ao sonho que tenho de que a minha comunidade tenha em mãos recursos que impeçam a violência e a discriminação contra as mulheres quilombolas que há muitos anos lutam pelos seus direitos de estudar e ter dignidade humana onde vivem. Sendo importante reconhecer que somente de alguns anos para cá é que o silêncio vem sendo quebrado através de denúncias e palestras realizadas através da Secretaria de Igualdade Racial, do Ministério Público, da Associação Quilombo Kalunga (AQK), da Associação Kalunga de Cavalcante (AKC) e da Associação da Educação do Campo do Território Kalunga e Comunidade Rural (EPOTECAMPO).

Sendo relevante frisar que, a senhora Vanderléia dos Santos Rosa, quilombola e representante da Secretaria da Igualdade Racial e da Mulher de Cavalcante – GO, em 08 de março de 2015, ressaltou em discurso no evento produzido por sua pasta no município, “Comemoração ao Dia Internacional da Mulher”, que a mulher no contexto de mundo está sempre sendo submetida a imposições da arbitrariedade do macho (homem).

Pouco a Pouco fui me dando conta que a realidade de migração dos jovens para os centros urbanos é ainda mais dura para as jovens e mulheres da comunidade. As reportagens publicadas pelo jornal Correio Brasiliense nos dias 12 e 13 de abril de 2015, pelo Jornal O Popular, de Goiânia, no dia 04 de abril de 2015, e pelo Jornal Tribuna News (2015) colocaram em evidência a questão do abuso sexual contra menores quilombolas que trabalham como empregadas domésticas na cidade de Cavalcante, dando visibilidade à discriminação e à violência em face do gênero a que estão submetidas muitas mulheres Kalunga. Essas publicações foram incentivos a mais para eu realizasse o estudo voltado à questão do gênero em minha comunidade.

No entanto, os casos de abuso sexual não são cometidos somente pelas pessoas de fora da Maiadinha, mas também por indivíduos da própria comunidade, sendo isso praticado muitas vezes por pessoas da mesma família da vítima. Tais como, tio, primo, cunhado, vizinhos e outros que, por sua vez, tentam enganar as vítimas com pequenas oferendas, entre essas o dinheiro, roupas, balas e outros.

Ouvindo informalmente os diálogos sobre a vida sofrida dessas mulheres guerreiras, eu resolvi realizar o trabalho de conclusão de curso sobre este tema, buscando registrar uma realidade que faz parte da nossa história e que demanda políticas públicas. Tendo-se, ainda, o desejo de que esses registros sejam guardados e compartilhados, como manifestações das memórias locais, para que práticas discriminatórias e violentas possam ganhar visibilidade e passem a ser discutidas e transformadas. É através de estudos como esse e discussões tais quais que enquanto educadores do campo poderemos ajudar a quebrar as profundas desigualdades de gênero que ainda estão cercando a nossa comunidade. Enfim, o meu sonho é que esse tipo de sofrimento não chegue para as nossas futuras gerações.

Diante disso, esse trabalho gerou à seguinte questão de pesquisa: por meio de que práticas e discursos se construíram a identidade de mulher quilombola na comunidade Kalunga de Maiadinha, que fatores contribuíram para as relações de desigualdade de gênero e violência?

O objetivo geral desta pesquisa é analisar, por meio dos discursos de mulheres Kalungas, as relações sociais que geram desigualdades e violências de gênero na comunidade Maiadinha no Vão do Moleque e refletir sobre o papel da escola perante essa realidade. Já os objetivos específicos são: Realizar levantamento bibliográfico sobre a identidade das mulheres na comunidade Maiadinha e, em especial, no território Kalunga, bem como sobre violência de gênero nessas comunidades.

Identificar, por meio de observação participante, entrevistas junto ao grupo focal, os discursos e práticas reveladoras da violência contra as mulheres Kalunga de Maiadinha.

Este trabalho é constituído por um tópico e três capítulos, os quais são descritos a seguir: capítulo 1– Metodologia, neste são abordados os fundamentos metodológicos que deram sustentação ao emprego do método qualitativo, à aplicação da observação participante e da entrevista semiestruturada, ainda é apresentado o memorial, no qual é exposto de forma breve o histórico de minha vida familiar e principalmente escolar, que acaba por fortalecer o meu vínculo com o tema e com a minha comunidade de inserção, a Maiadinha no Vão do Moleque; capítulo 2– Referencial Teórico, onde foram apresentados os fundamentos teóricos referentes à violência, à discriminação contra a mulher e à Educação do Campo diante deste tema; capítulo 3 – Resultados e discussões, neste foram apontados os discursos de algumas mulheres quanto à temática apresentada, que serviram para análises, que ligaram a teoria e a prática ao mesmo tempo.

CAPÍTULO 1

METODOLOGIA

Este capítulo discorre sobre o tipo de pesquisa empregado no estudo, sobre os instrumentos e procedimentos empregados para a coleta de dados, além da reflexão sobre a população e amostra selecionada para análise, tendo em vista o tema que aborda sobre a violência e desigualdade de gênero na comunidade Maiadinha.

1.1 Tipo de pesquisa

Esta é uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, pois embora se trate de uma temática conhecida, necessita maior familiaridade com vista a discutir o tema de forma mais aprofundada.

Segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 20), a pesquisa qualitativa tem caráter exploratório, isto é, estimula os entrevistados a pensar livremente sobre algum tema, objeto ou conceito. Mostra aspectos subjetivos e atingem motivações não explícitas, ou mesmo conscientes, de maneira espontânea. É utilizada quando se busca percepções e entendimentos sobre a natureza geral de uma questão, abrindo espaço para a interpretação (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Segundo Creswel (2010), são recursos da pesquisa qualitativa a análise da subjetividade dos sujeitos em estudo, no caso deste trabalho, isso será possível por intermédio do levantamento bibliográfico das entrevistas com pessoas que tiveram experiência e práticas com o assunto que diz respeito à desigualdade e à violência contra a mulher na comunidade de Maiadinha, no Vão do Moleque.

Optamos pela pesquisa qualitativa porque ela não procura medir eventos estudados, nem usa instrumental estatístico na análise dos dados (CRESWEL, 2010).

Neste trabalho, nosso objetivo é analisar, entender, investigar o assunto em questão, para isso, usamos a memória das mulheres quilombolas da localidade delimitada para obter informações sobre pessoas, lugares e processos interativos, o que foi permitido pelo contato direto do pesquisador procurando compreender os fenômenos, isso segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da pesquisa (CRESWEL, 2010).

1.2 Instrumentos de coleta de dados

Para a coleta de dados foi utilizado como instrumento o roteiro de entrevistas semiestruturado, apoiando-se na técnica da observação participante.

A observação participante, segundo Gerhardt e Silveira (2009), constitui-se como sendo uma técnica de investigação social na qual o observador partilha dos acontecimentos na medida em que as circunstâncias, as atividades, as ocasiões, os interesses e os afetos de um grupo de pessoas ou de uma comunidade o permitem. E ainda, “a observação participante consiste num excelente recurso metodológico para a pesquisa de campo, pelo fato de possibilitar a inserção mais densa nas práticas e representações vivenciadas pelas respectivas expressões escolhida para estudo” (DARNTON, 1992, p. 48).

A entrevista semiestruturada se constitui num instrumento de coleta de dados no qual o pesquisador elabora antes da pesquisa algumas questões para orientar a pesquisa, de forma a facilitar e nortear a interação entre o pesquisador e os entrevistados (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

E ainda, a entrevista semiestruturada, neste trabalho, é simbolizada por um roteiro previamente elaborado que tem como objetivo analisar coletar os dados junto a mulheres que são lideranças quilombolas e não lideranças que fazem parte da Maiadinha no Vão do Moleque, de forma que a conversação aconteceu de modo fluído, as perguntas são apenas tópicos gerais que as ajudarão a nortear o assunto abordado.

1.3 Procedimentos para a coleta de dados

Segundo aponta Gerhardt e Silveira (2009) e Creswel (2010), a pesquisa de cunho qualitativo precisa adotar procedimentos de pesquisa que possam auxiliar na chegada ao objetivo fim, inclusive que garanta a aproximação com os sujeitos que estão sendo estudados, o que deve contribuir para a melhor interpretação dos dados.

Assim, esta pesquisa adotou os seguintes procedimentos, embasando-se em Creswel (2010):

- ❖ Antes da realização das entrevistas foi feita uma visita à casa de cada uma das mulheres que seriam entrevistadas. No caso das que representaram o grupo das não lideranças, como elas moravam vizinhas uma das outras,

estas propuseram que o encontro acontecesse na casa da entrevistada B, em setembro, após o retorno das mesmas de uma Igreja Evangélica que é bastante visitada pela comunidade local. Quanto ao grupo das que representaram lideranças locais, a entrevista aconteceu em dias intercalados, durante o mês de abril, na residência de cada uma delas.

- ❖ Elaborou-se dois roteiros de entrevista semiestruturados, um direcionado a três lideranças locais, tendo uma questão norteadora, e outro contendo cinco questões direcionadas a cinco mulheres não lideranças da comunidade Maiadinha, no Vão do Moleque (encontram-se em apêndice).
- ❖ Houve o deslocamento até a cidade para a impressão de oito cópias com reservas para a realização da entrevista em data programada junto às mulheres que representaram lideranças e não lideranças da Maiadinha;
- ❖ Retorno à Maiadinha e aguardo das entrevistadas no local programado para a realização das entrevistas com as mulheres que são lideranças locais (mês de abril) e com as que não são lideranças (em setembro) no local. De forma prévia, sempre estive presente em momentos antes para aguardá-las;
- ❖ Essas entrevistas foram realizadas com tais mulheres da comunidade Kalunga Maiadinha, no Vão do Moleque, nos meses de abril de 2015 (lideranças) e setembro de 2015 (não lideranças). Cada uma delas foi informada a respeito do trabalho de conclusão de curso e da importância da participação das mesmas para se somar ao tema em estudo. O trabalho foi realizado com toda tranquilidade, de modo que não houve nenhuma dificuldade, pois já conhecia todas elas e havia feito um contato prévio, o que é ideal numa pesquisa qualitativa (CRESWEL, 2010).

Enfim, foram utilizados como recursos para a coleta de dados: papel A4, lápis, borracha, e caneta que ajudaram no desenvolvimento deste estudo junto a cada uma das entrevistadas nos dois períodos durante o ano de 2015 (abril e setembro).

1.4 População

A população é entendida como sendo o total do grupo que está sendo estudado numa pesquisa (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Contudo, como apresenta Rodrigues (2007), nem sempre é possível que o pesquisador atinja toda a parcela da população.

Em dados gerais, 10 mulheres representam o total de lideranças do sexo feminino na comunidade Kalunga, no Vão do Moleque, ao passo que o total de mulheres não lideranças do local representa o quantitativo de 600 pessoas que estão distribuídas entre as 270 famílias existentes na comunidade (IBGE, 2013).

A maioria dessas mulheres mantém a subsistência familiar através do trabalho na roça e do Programa Bolsa Família (PBF), que é um programa do Governo Federal, poucas já se aposentaram por idade perante o Instituto Nacional de Previdência Social e Seguridade do Trabalho (INSS). Há casos de algumas que exercem o trabalho por meio de contrato temporário na Escola Municipal Maiadinha, como é o caso de uma merendeira que trabalha há quatro anos, com a mudança de prefeito no município de Cavalcante, infelizmente esta pode perder o emprego, o que gera insegurança para o sustento familiar.

O intuito dessa pesquisa é abranger toda a comunidade Maiadinha no Vão do Moleque, que é uma comunidade com as 270 famílias (IBGE, 2013). Contudo, pelo grande número de mulheres, especialmente no segundo grupo (não lideranças), optou-se por escolher uma amostra de cada um dos seguimentos, conforme será tratado no tópico a seguir.

1.5 Amostra

A pesquisa qualitativa tem caráter exploratório, porém foi escolhida uma quantidade menor de participantes para a colaboração do roteiro de entrevista, com apenas 8 mulheres da comunidade Kalunga Maiadinha no Vão do Moleque, sendo distribuído entre dois grupos: lideranças e não lideranças da localidade.

E para dar segmento e favorecer na coleta dos dados da pesquisa foi escolhida a amostra Intencional, que por sua vez apresenta o próprio julgamento para a seleção e isso acontece quando o sujeito se apresenta voluntariamente para a pesquisa, esse tipo de amostra apresenta também a Randômica estratificada, que é o caso do meu roteiro de entrevista apresentando, faixa etária de idade, e sexo das pessoas da comunidade (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). É importante salientar que as participantes (amostra) desta pesquisa demonstraram prévio interesse em participar do estudo.

Esta pesquisa foi desenvolvida e acompanhada através de dois roteiros de entrevista, aplicado aos dois grupos focais, que se constituem a amostra escolhida

(RODRIGUES, 2007). Do grupo das lideranças, retiramos a amostra de três mulheres, já do grupo das não lideranças retiramos a amostra de cinco mulheres. Ao primeiro se aplicou uma questão norteadora, e ao segundo se aplicou um roteiro com cinco questões. Os questionários foram diferentes devido ao fato de que se tratava de dois públicos femininos pertencentes a gerações distintas, o grupo das lideranças representou as mulheres mais velhas nos discursos. Já o grupo das não lideranças representou as mulheres mais jovens. Assim, tentou-se através desta diferenciação instrumental, comparar as ideias dessas senhoras, colocando-se mais questões para as pertencentes ao segundo grupo, entendendo-se que o primeiro grupo com uma única pergunta poderia apresentar mais conteúdo em face do vasto conhecimento e experiência obtidos.

Evidenciamos que o grupo das lideranças optou por não expressar a idade, ao passo que o das não lideranças apresentou ser constituído por mulheres com idades diferentes. A entrevistada **A** tem 50 anos e é analfabeta; a entrevistada **B** tem 48 anos e também é analfabeta, segundo ela, somente assina o seu nome, mas não frequentou a escola; a entrevistada **C** tem 40 anos e estudou apenas até a 6ª série, que naquela época na comunidade era conhecida como ginásio; a entrevistada **D** tem 35 anos e estudou até 8ª série no município de Arraias–Tocantins; e a entrevistada **E** tem 32 anos e tem o ensino médio completo.

O tema do presente trabalho, que está sendo desenvolvido na perspectiva da pesquisa qualitativa com amostras de mulheres da comunidade Maiadinha no Vão do Moleque, faz refletir sobre a vida das mulheres quilombolas na localidade, pois os direitos à educação, à dignidade humana e entre outros direitos sociais garantidos na Constituição Federal não são desfrutados por estas, o que é uma preocupação para nós, enquanto educadores do campo na comunidade, e precisamos discutir sobre esse problema social que faz parte da realidade local.

1.6 Análise de dados

A análise de dados é utilizada em pesquisa exploratória para analisar os dados obtidos pelo pesquisador (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Na análise dos dados desta pesquisa utilizamos a análise qualitativa, onde se pôde fazer a comparação entre a teoria e os fundamentos teóricos com a realidade das entrevistadas.

Utilizamos o método da tabulação de dados, transcrevendo a fala das entrevistadas semelhantemente às expressões e pontos de vistas apresentados por elas, e de acordo com os roteiros de entrevista que apresentavam questões norteadoras.

1.7 Memorial

Em 1999, com apenas 11 anos de idade, meus pais tiveram que me levar para a cidade, para que eu continuasse estudando, pois naquela época na comunidade a escola só oferecia o seriado de 1ª a 4ª série do ensino fundamental.

Como meus pais não tinham casa na cidade e nem condição para me ajudar a permanecer na cidade, a única maneira encontrada por eles foi me deixar na casa de uma família que me fez sofrer muito, de forma que cheguei a chorar várias vezes pelos cantos da casa sem ter para aonde ir.

Até que um dia a minha professora percebeu que eu estava muito triste, e disse que ela queria falar comigo na hora do recreio. Ela me fez várias perguntas, e, eu muito envergonhada me recusei a falar dos meus problemas para a mesma, mas mesmo assim ela insistiu até que um dia eu resolvi falar para ela que eu sofria muito, trabalhava demais e não tinha tempo para estudar como deveria, e muito menos para fazer as tarefas de casa.

Ao ouvir o meu relato, esta disse que iria dar um jeito para ajudar-me, porque ela não queria me ver mais nessa situação, assim, a minha professora arranhou alguém que pudesse acolher-me em sua casa, a saber, uma colega da mesma.

Graças a Deus vivi com essa família por quatro anos, e até hoje os seus membros são como se fossem pessoas de minha família. Convivi com estes até que meus pais conseguiram comprar uma casa na cidade, onde passei a morar até concluir o ensino médio.

Continuei estudando em Cavalcante, de modo que eu trabalhava durante o dia e à noite eu ia para a escola. Em 2005, com apenas 17 anos de idade, terminei o ensino médio. Meu sonho era de ter continuado a estudar, ou seja, fazer uma faculdade, mas, infelizmente meus pais não concordaram. Eles diziam que eu só queria ficar na cidade à toa, e a qualquer momento o que poderia acontecer era de eu arrumar filhos (engravidar) para colocar nas costas deles, pois na concepção desses no período, o meu futuro enquanto jovem mulher estava reduzido ao lar, sendo assim,

pensar em estudar um pouco mais era visto como uma forma de dissimular segundas intenções.

Como na nossa família o patriarcado ainda era muito forte, eu tive que seguir a ideias dos meus pais e casei-me com apenas 18 anos de idade e voltei novamente para a comunidade Quilombola no Vão do Moleque, na fazenda Taboca, onde vivo até os dias atuais.

Mas o meu sonho era de cursar o ensino superior, até que, em maio de 2011, recebi uma carta escrita por Vanderléia dos Santos Rosa e Nilça Fernandes dos Santos, me avisando que tinha saído o Edital da Faculdade de Licenciatura em Educação do Campo e que as inscrições estavam abertas. Assim, eu vim para a cidade, fiz a inscrição e no final de junho voltei para fazer a prova e, graças a Deus, passei no vestibular, que foi a primeira seletiva que prestei na minha vida.

Em Dezembro de 2013, vim para Planaltina (DF) já para realizar a primeira etapa do curso. No início foi muito difícil para eu estudar, pois eu estava passando por problemas familiares. Diante dessa situação, agradeço a todos os professores da Licenciatura em Educação do Campo, em especial ao professor Rafael, que para nós não era apenas um professor, mas especialmente um amigo, pois nos dava muita força e fortalecia o relacionamento professor-aluno, isso gerava a troca de confiança e companheirismo entre nós.

O professor Rafael Livtin Villas Boas percebeu que muitas pessoas da turma sofriam muito com problemas familiares e ele sempre sentava e conversava com a turma quando alguém falava em desistir do curso. Ele dizia para nós que nunca podemos abaixar a cabeça diante dos problemas, pois temos que estar sempre de cabeça erguida diante dos problemas. E foi vencendo esses problemas e pensando desta forma que cheguei até aqui.

Este professor, que passou a trabalhar as disciplinas de Conflitos Estruturais Brasileiros e Educação Popular (CEBEP) e Teatro com a nossa turma, nos ajudaram muito a quebrar essa barreira que estava impedindo a maioria da turma de continuar no curso, isso através de leituras, das peças teatrais e intervenções realizadas na comunidade. Enfim, a autoestima da população negra é um dos elementos fundamentais a serem considerados para que estes sujeitos sociais solidamente construam sua autonomia.

CAPÍTULO 2: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo apresenta alguns aspectos relacionados à comunidade quilombola, especialmente à Maiadinha, no Vão do Moleque. Abordamos nesta parte aspectos relacionados aos saberes e práticas sociais das mulheres Kalunga, discorrendo especialmente sobre a violência contra a mulher, sobre a desigualdade

em face do gênero, sobre a escola local e a educação do campo, havendo análises relacionadas à temática estudada.

2.1 A comunidade quilombola

Segundo Baiocchi (2006, p.7), a chapada dos veadeiros apresentava, na década de 1980, uma população de 50.592 indivíduos na zona urbana e 125.754 na zona rural. A população Kalunga, nesse período, oscila entre 3.000 e 3.600 habitantes, dependendo da mobilidade espacial, que acompanha a rotatividade da lavoura e o movimento de ocupação do território, o qual desaloja centenas de pessoas das terras ancestrais (BAIOCCHI, 2006).

Conforme a mesma autora (2006) a superfície de 237.000 ha que compõe o sítio histórico e patrimônio cultural Kalunga abriga cinco núcleos principais:

Contenda Kalunga, Vão de almas, Vão do Moleque, Ribeirão dos Negros (nome antigo) Ribeirão dos Bois (nome recente). Os municípios assentam se em uma região acidentada, representada pelas serras do Mendes e do Mocambo e pelo Morro da Mangabeira. As margens do rio Paranã encontram se as serras da Boa Vista, Contenda, Bom Jardim, Bom Despacho, São Pedro e Moleque, além do Maquiné e Ursa, uma das rotas de entrada para a região dos Kalungas que se destaca por figurar entre as mais íngremes (BAIOCCHI, 2006, p.112)

A altitude máxima desse conjunto não ultrapassa os oitocentos metros, e as menores altitudes, na ordem de trezentos metros, encontram-se ao longo do rio Paranã. As pedras dos caminhos são esquecidas quando, do alto divisamos os vales e platôs serranos. A beleza da paisagem, com 90% de mata nativa, completa o centenário desse habitat, palco da resistência do povo Kalunga (BAIOCCHI, 1997, p.22).

O território Kalunga Vão do Moleque está sendo uma das comunidades do território Kalunga mais populosa, com 390 famílias e 1.950 pessoas, segundo os dados do IBGE de 2013. Entretanto, a maioria das jovens da comunidade não permanece na mesma devido à falta de emprego e ao fato de escola não atender à demanda de toda a comunidade, atendendo somente aos alunos de 1º ano do ensino fundamental ao 1ª série do ensino médio na localidade. Com isso, os pais têm que retirar suas filhas da comunidade e levar para a cidade.

Porém, os pais são obrigados a ir para a cidade à procura de pessoas de classe média, com quem possam deixar suas filhas, pois os mesmos não têm condição de comprar uma casa na cidade e muito menos de sustentar suas filhas na cidade para continuarem estudando (BAIOCCHI, 2006).

Muitas das famílias que acolhem essas jovens não demonstram interesse em ajudá-las, algumas estão querendo apenas a mão de obra escrava, e até mesmo abusar sexualmente das meninas. Além disso, é relevante pensar que elas estão sendo oprimidas o tempo todo nesses lares. E por diversas vezes essa opressão acontece de modo interno, sendo que as próprias meninas se condenam pela violência que sofrem, de maneira que este sentimento é consequência das fortes marcas do patriarcado que acompanham a geração a que pertencem, ou seja, elas têm receios da reação do pai ao ouvir seus relatos. Além disso, elas vêm enxergando dentro de suas famílias casos diversos de violência, e já possuem uma percepção do desfecho dos desses, de forma que as vítimas descobertas acabaram sendo humilhadas e inferiorizadas especialmente pelos pais.

Em 1983, a partir dos dados de campos, de folhas Aerofotogramétricas de uma carta geográfica do Estado de Goiás, e após 45 dias percorrendo região (1982-1983) á pé ou usando o muar, conseguiu-se organizar um mapa da região dos Kalunga com as localidades conhecidas na época (BRASIL, 2001). O mapa foi entregue ao Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO), motivando a primeira titulação de terras, na gestão Aldo Azevedo Soares (1983-1988) (BRASIL, 2001).

Segundo consta, o IDAGO, ainda nos dias atuais, além de ter subsidiado a lei que transforma a área Kalunga em Sítio Histórico e Patrimônio Cultural, o mapa foi usado em publicação do MEC para o Sitio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (BRASIL, 2001).

De acordo com Instrução Normativa número 49, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (BRASIL, 2001), são considerados remanescentes das comunidades quilombolas os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-definição, com trajetória histórica própria, dotada de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Nas comunidades quilombolas de Cavalcante, Vão de Almas, Ribeirão dos Bois, Vão do Moleque, dentre outras, tem uma planta chamada Calunga, planta medicinal amarga muito usada pelos quilombolas no combate de verminoses

(BAIOCCHI, 2006). No município de Monte Alegre existe também um córrego que tem nome Calunga, de forma que o termo Kalunga com “K” surgiu depois do reconhecimento do Sítio Histórico e Cultural Kalunga, ao ser feito resgate cultural da palavra Kalunga, que é de origem africana (BRASIL, 2001).

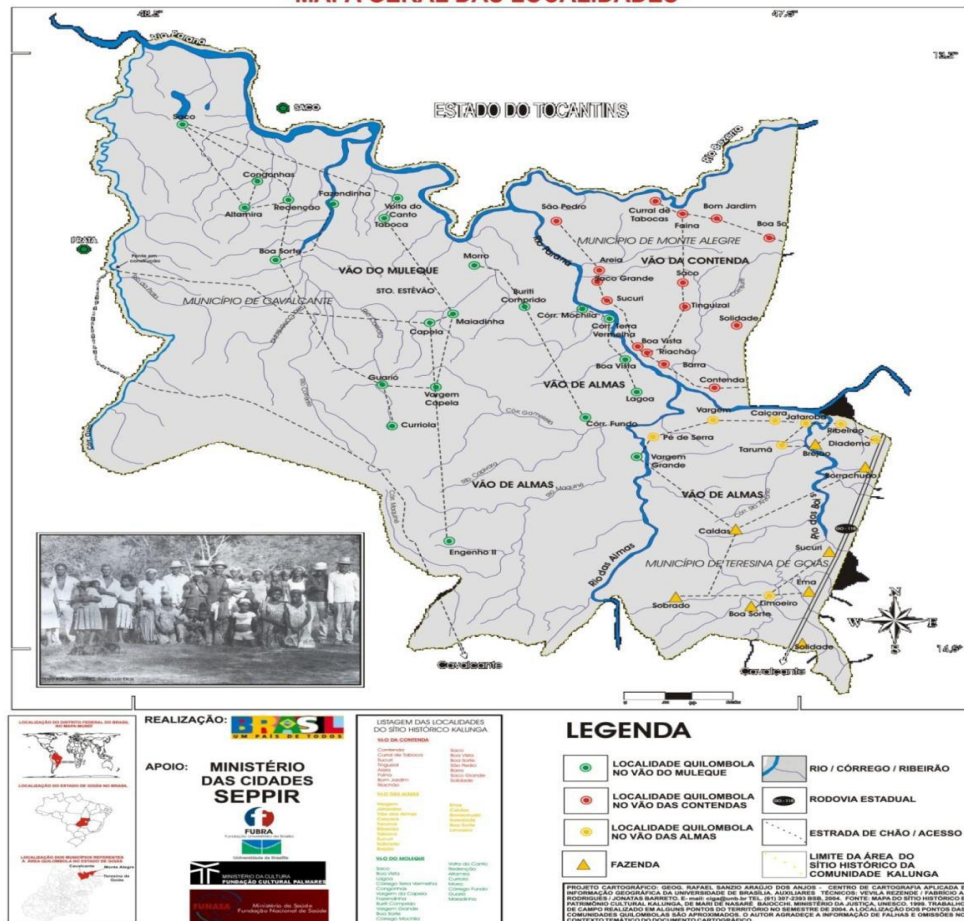
A comunidade Maiadinha, no Vão do Moleque, foi uma das comunidades mais sofridas na época da escravidão. Com o passar do tempo, os escravos resolveram não obedecer mais os seus senhores e começaram a fugir para as grutas das serras, lugares de difícil acesso onde os “revoltosos” não pudessem encontrá-los (BAIOCCHI, 2006).

O isolamento do povo Kalunga garantiu a sobrevivência deste grupo no município de Cavalcante- GO, com suas tradições e territórios próprios, várias dessas comunidades permanecem agregadas até os dias de hoje, formando grupos sociais, cuja identidade étnica os distingue do restante da sociedade, pois possuem ancestralidade comum e precisam de formas políticas e sociais próprias (BRASIL, 2001).

Em 1991 foi aprovada a Lei Complementar do Estado de Goiás, número 11.409/91, que define o território do povo Kalunga como Patrimônio Cultural e Sítio Histórico. Cujos territórios compreendem os Vãos das Serras do Moleque, de Almas, da Contenda e Ribeirão dos Bois, nos municípios de Monte Alegre, Teresina e Cavalcante, no Estado de Goiás.

A seguir é demonstrado o mapa geral do sítio histórico e cultural Kalunga:

**SÍTIO HISTÓRICO E CULTURAL DO REMANESCENTE DE QUILOMBO KALUNGA - GO.
- MAPA GERAL DAS LOCALIDADES -**



Fonte: Trabalho de Campo e SIG - Goiás – Superintendência de Geografia e Mineração
Figura 1: Sítio Histórico Kalunga por Município.

É importante considerarmos que nesta região, muitos negros escravizados conseguiram comprar sua alforria, adquirir terras e comercializar sua produção com as regiões Norte e Nordeste do Brasil, especialmente com os Estados do Pará e da Bahia (BRASIL, 2001).

A relação entre Quilombolas e fazendeiros é na maioria das vezes de conflito onde alguns fazendeiros adquiriram o título de suas terras por meio de grilagem, outros compraram de membros da comunidade, em um processo realizado de forma questionável, já que alguns dos que venderam suas áreas não possuíam documentação de propriedade, além disso, identificou-se também a sobreposição de domínios em algumas áreas. Sendo assim, a disputa pelo território faz parte do cotidiano da comunidade (COSTA, 2013).

Os Kalungas nos remetem à África, metodologicamente, são vistos como descendentes de escravos que, à deriva da sociedade

institucional, construíram uma cultura própria, tendo como parâmetro sua história de grupo isolada. Um quilombo delimita fronteiras e, coletivamente, segue uma história e uma cultura peculiar. (GENTILE; BENCINE, 2003, p.223).

Como especificidade, os Kalungas põem em pauta a discussão da historicidade dos quilombos enquanto luta e resistência, lugar de moradia e construção de uma nova vida, mas não se esgota no perfil de lavrador negro e comunidade negra isolada no mundo rural (BAIOCCHI, 1997, p.22).

Os negros remanescentes de quilombos resistiram até os dias atuais, mantendo alguns de seus costumes e tradições, como elementos da culinária, festejos, danças, artesanatos, cultivo do solo e entre outras manifestações que marcam a identidade Kalunga.

O território Kalunga está situado na região Nordeste do Estado de Goiás, compreendendo três municípios: Cavalcante de Goiás, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás, numa área total de 237 mil hectares (COSTA, 2013). No período do Brasil Colonial, sobretudo a partir do final do século XVIII, a principal atividade produtiva desta região era a mineração, que caracterizou a relação de trabalho entre senhores e escravos (COSTA, 2013). Sabe-se também das diferentes formas e estratégias de resistência à escravidão elaboradas pela população negra no período colonial de acordo com o que cada contexto social exigia (BRASIL, 2001).

O território Kalunga Vão do Moleque situa-se às margens esquerdas do Rio Paranã, tendo apenas 130 quilômetros e sete serras que separam a comunidade da sede do município de Cavalcante (Goiás), e ali está situada uma das maiores comunidades Kalunga do Vão do Moleque, que é a Maiadinha. Essa foi a primeira comunidade da região a possuir estrada de carro, mas, na verdade, a estrada passava até dois anos sem arrumar, e isso dificultava ainda mais o acesso das pessoas para se deslocar até a cidade (COSTA, 2013).

Esse progresso aconteceu devido a uma denúncia realizada no Ministério Público pelo fato da comunidade ter um número muito grande de eleitor e, na época das eleições, as pessoas tinham que se deslocarem até a cidade para votar. Foi a partir daí que os prefeitos passaram a dar mais assistência na comunidade, onde ocorreram as primeiras campanhas eleitorais, fazendo-se o uso dos espaços sagrados da localidade, como a Escola Municipal Maiadinha e a Escola Municipal da capela Nossa Senhora do Livramento. E, com isso, as pessoas que residem no Vão

do Moleque ou noutros povoados vizinhos passaram a votar nesses dois locais da comunidade (COSTA, 2013).

A comunidade Vão do Moleque possui uma beleza exuberante como: fauna, flora, rios, morros e serras. Uma parte da serra possui uma ponta com formato de mão com cinco dedos. Segundo os mais velhos, é por isso que a comunidade recebeu o nome de Vão do Moleque, que é hoje um dos maiores territórios Kalunga. Os moradores desta comunidade vivem até hoje basicamente da agricultura de subsistência (BAIOCCHI, 2006).

Muitos moradores da comunidade Maiadinha relatam a morte de pessoas de suas famílias em razão da mão de obra escrava, pois os trabalhos eram extremamente pesados, a maioria era obrigada a trabalhar o dia todo para os seus senhores fazendo cercas de pedras para dividir terras e a comida, muitas vezes, o alimento reduzia-se a um pequeno pedaço de rapadura com farinha para todos se alimentarem (BAIOCCHI, 2006). Os resultados dos trabalhos deixados por esses pobres trabalhadores ainda permanecem em muitos lugares da comunidade como, por exemplo, a cerca de pedras, que segundo alguns moradores da comunidade Maiadinha, recebeu este nome de Maiadinha porque na época era ali que os animais dos moradores maiavam (dormiam) e seus donos os tocavam até o curral (BAIOCCHI, 2006).

Segundo o relato dos mais velhos, os “revoltosos” eram os bandeirantes donos das minas de ouro, que buscavam a mão de obra escrava, e se revoltavam contra os escravos insurgentes, perseguindo-os. Os escravos encontrados pelos revoltosos eram mortos com todas as suas famílias. Os que conseguiram se esconder ajudaram a formar os três municípios Kalungas, a saber, Cavalcante – GO, Teresina de Goiás e Monte alegre de Goiás. Dessa forma, os descendentes desses escravos que permanecem nessas localidades quilombolas do Estado de Goiás são todos parentes próximos. (COSTA, 2013).

2.2. O lugar das mulheres negras: saberes quilombolas e vida cotidiana

A mulher é a grande educadora por excelência. Ela tem uma inteligência criadora que a coloca a cada dia no cenário de todos os acontecimentos centrais da vida da família, da vida social e do zelo e continuidade de tradições, usos, costumes, saberes e conhecimentos (DIAS, 2014).

A mulher negra tem sido a guardiã e educadora, formando filhos, filhas, alunos e parentes, adeptos e simpatizantes das lutas políticas culturais (DIAS, 2014). A propósito do lugar e do papel da mulher hoje, ela está buscando formas de sair do trabalho tradicionalmente denominado (feminino) e de inserir-se nas lutas de resistência, das quais ela sempre participou em outros lugares da cena política oficial: São vereadoras, deputadas, líderes sindical, líderes quilombolas, parteiras, senadoras, professoras, atletas, artistas e escritoras; estão nas universidades e em ministérios. O número ainda é bastante reduzido, mas a qualidade reconhecida (DIAS, 2014).

A mulher tem uma profunda competência revolucionária, faz parte de sua própria essência e que ela aperfeiçoa na luta, o seu desejo de mudança e de transformação. (BAIOCCHI, 1997, p.129)

2.3 Aspectos da violência contra a mulher e desigualdade de gênero

Os espancamentos vão dos pequenos tabefes até fraturas e outras lesões de natureza grave. No que tange à violência sexual, o agressor não conhece limite de idade, padrão de beleza, condição de saúde. Isto equivale a dizer que a ideologia machista confere ao homem um poder extraordinário que lhe permite estuprar sua esposa, quando esta não apresenta disposição para o ato sexual, assim como a esposa do amigo, a jovem, a adolescente, a menina, o bebê, e a velha. (AZEVEDO, 1988).

O estupro é um crime que afeta o corpo e alma da mulher. Ele degrada, desumaniza e viola sua parte mais íntima. Antes, o estupro era estudado só na parte criminológica, mas, no momento, se chegou à certeza de que, do ponto de vista médico e psicológico, é incidente de alta gravidade na vida de uma pessoa. (SAFFIOTI, 1985).

A violência doméstica é a mais comum das causas de lesões físicas em mulheres, excedendo tanto as lesões estupro, por assalto ou por acidentes de carros, ou mesmo tudo isto combinando. Esta violência é o problema de saúde mais frequente na mulher de qualquer idade, etnia e grupo socioeconômico. Mulheres que foram violadas quando criança, ou maltratadas na infância, frequentemente, ao se verem adultas, procuram ajuda médica por dor de cabeça, alterações de sono ou do apetite,

ou dores abdominais e pélvicas, corrimento vaginal e sintomas dolorosos músculos esqueléticos (SANTELIO, 1993).

A inocência idealizada, imposta e exigida, é usada como instrumento de opressão sobre o inocente (SILVA, 1980). Se pensarmos em relações generalizadas, a defesa da inocência das mulheres e crianças é o solo onde se encontram fixadas sua exclusão, submissão violação. Isso só é possível por um mecanismo que associa inocência à incapacidade, debilidade, incompetência e dependência (SILVA, 1980). Na verdade, à mulher/menina, adjetivada como inocente, tem negado os meios que possibilitam conduzir se no mundo. A condição de inocente tece a trama que as mantêm presas ao privado, ao pai/marido (SILVA, 1980).

Conforme Houaiss, Villar e Franco (2009, p.772), o termo violência significa “o uso da força física; ação de intimidar alguém normalmente o seu efeito; ação destrutiva, exercida com ímpeto, força; expressão ou sentimento vigoroso; fervor”.

Para Teles e Melo (2003, p. 15) “violência é o uso de forças física, psicológica ou intelectual para obrigar a outra pessoa a fazer algo”.

Saffioti (2004, p.17) define a violência como “ruptura de qualquer forma de integridade da vítima, seja de forma física, psíquica sexual ou moral”. É nesse contexto que se define a violência que é realizada contra a mulher, muito comumente tratada também como violência de gênero e violência doméstica.

O termo gênero é utilizado para designar as relações efetivadas entre homens e mulheres formadas por contextos políticos, culturais, sociais e econômicos e não por uma determinação biológica e natural (DIAS, 2014).

Em pesquisa realizada por Fernandes e Godinho (2005), na comunidade Maiadinha, observa-se que as autoras identificam o que algumas mulheres Kalunga falam da interferência dos pais na vida das filhas e contam como eram arrumados os casamentos:

Meus criadores foram ensinando: Olha aí fulano, beltrano, aquele ali é trabalhador e, assim, fui conhecendo os rapazes. E aí eu casei, e não vou negar, eu casei foi na marra porque no meu tempo a gente não escolhia marido. Eram os criadores que arranjavam casamento para as moças. Se a moça falasse que não queria casar com o rapaz, era aí que ela casava. Os pais obrigavam a casar justamente com o que ela não queria. Porque eram os pais que escolhiam. Eu não queria casar com meu marido, então, eu falei que casava, mas não vivia com ele e casei, mas não vivi. Eu não tenho um mau coração de pensar nada ruim para alguém, com isso meu coração é limpo. “Depois (que

eu larguei dele, fui viver a vida trabalhando e tocando minha vida” (FERNANDES; GODINHO, 2005, p.72).

O que essas mulheres afirmam na pesquisa de Fernandes e Godinho (2005) ajuda a entender a presença da imposição do patriarca (o pai) na escolha das filhas, de forma que essas não tinham direito de decidirem por si mesmas.

A vida aqui é toda dificuldade, trabalhava de roça, tecia pano, fiava e era na inchada, adoecia, ia pra cidade, quando não era a cavalo era a pé. Muitos doentes daqui foram assim. Quando não era na leiteira era na rede. Até hoje, tem hora que ainda saí gente assim, porque ainda aqui não tem conforto, um carro, então é assim, quando muita gente que sai daqui doente é assim. Quando vão a pé, vão encostando-se aos barrancos, dormindo nas estradas, parando colocando palhas debaixo das arvores para descansarem, é toda dificuldade. (FERNANDES; GODINHO, 2005, p.70).

Nos dados apresentados acima, observamos as dificuldades expressas pelas mulheres quilombolas na pesquisa de Fernandes e Godinho (2005), de maneira que o sofrido trabalho doméstico e rural representa suas realidades, além disso, a vida dessas é marcada por lutas em torno da falta de infraestrutura básica do local e de conquistas em relação aos direitos à saúde, educação e transporte, como é garantido pela Constituição Federal Brasileira de 1988.

Segundo Rabelo, Caldas, e Júnior (2007), ao longo dos anos, a violência sexista, que a mulher sofre simplesmente por ser mulher negra como exótica, se refere à discriminação desse corpo identificado como incivilizado e selvagem que há uma insistência em considerar o corpo da mulher negra um símbolo quintessência de uma presença feminina natural, orgânica, mais próxima da natureza, animalística e primitiva.

Assim, esses autores relatam que as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão continuam na invisibilidade. Portanto, há necessidade de articular o racismo às questões de gênero na sociedade brasileira, sendo relevante considerar que a variável racial produziu hierarquias de gênero, tanto no que tange à identidade feminina estigmatizada das mulheres negras quanto à masculinidade subalternizada dos homens negros, com o prestígio inferior do gênero feminino do grupo racialmente dominante (das mulheres brancas) (RABELO; CALDAS; JÚNIOR, 2007).

A violência contra a mulher é considerada violência de gênero, consequência do processo sociocultural que determinou para o homem o papel de dominador, onde

o homem para ser homem tem que ser durão e agressor, e à mulher é negado o direito de constituir-se como um elemento que compõe as relações sociais (DIAS, 2014). Baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, a desigualdade de gênero é uma das principais formas demonstrar as relações de poder do homem sobre a mulher (AZEVEDO, 1985).

Conforme Azevedo (1985) quando se busca refletir sobre violência contra a mulher é importante que esta seja analisada a partir das considerações de fatores multicausais, tendo em vista a necessidade de compreendê-la como um reflexo da desigualdade social, racial, econômica e política perpetuada pelas questões sociais que reforçam ideologias sexistas, racistas e classistas.

O isolamento garantiu a sobrevivência destes grupos, com suas tradições e territórios próprios, varias dessas comunidades permanecem agregadas até os dias de hoje, formando grupos sociais, cuja identidade étnica os distingue do restante da sociedade, pois possuem ancestralidade comum e precisam de formas políticas e sociais próprias (BRASIL, 2001).

Portanto, falar em relações de gênero não significa negar a diversidade, trata-se de reconhecer a diversidade entre homens e mulheres, mas, atribuindo a ambos o mesmo valor ao aceitar que suas necessidades devem ser contempladas pela sociedade e pelo Estado, sobretudo dentro de comunidades como as quilombolas, que são herdeiras de um processo sócio-histórico onde houve muito preconceitos, injustiças e discriminação, o que nos dias de hoje parece perpetuar as desigualdades de gênero, raça e etnia (DIAS, 2014).

Este trabalho busca investigar as relações que abrangem as desigualdades e opressão de gênero das mulheres quilombolas da comunidade Maiadinha, no Vão do Moleque. A vida dessas mulheres foi e ainda é bastante sofrida, apesar de ter diminuído bastante, mas ainda prevalecem muitas violências na comunidade, como a violência doméstica contra suas companheiras, o uso abusivo de álcool realizado pelos homens e outros. A realidade disso não justifica as situações de violências, ao contrário, chama atenção para a necessidade de reflexão sobre esta realidade, e isso nos leva a observar a necessidade da criação de políticas públicas e intervenções dentro da comunidade, envolvendo toda população, para que os direitos dessas mulheres passem a ser valorizados e protegidos.

Na comunidade também há um fator bastante comum entre as vítimas, que é a dificuldade de fazer a denúncia, pois a maioria das mulheres tem medo de denunciar

seus esposos por causa da ameaça de morte. Essa violência, cometida pelos homens, tem-se apresentado como um fator de risco. Vários agravos à saúde física, mental e reprodutiva da mulher, levando-as a comportamento de riscos, sexo desprotegido, abuso de álcool e outras drogas, sendo que as formas mais comuns de violência contra a mulher são perpetradas por seus próprios familiares e parceiros íntimos envolvendo a violência física, psicológica e sexual contra mulheres de todas as idades, inclusive durante o período de gravidez (SILVA, 2015).

Outro fato bastante comum na comunidade é a relação de poder e o racismo. Segundo as mulheres, quando elas são espancadas pelos esposos e falam em ir procurar o Ministério Público, os próprios esposos chegam a dizer que não vai dar nada porque o prefeito ou o vereador vai segurar as barras pra eles, e isso faz com que elas fiquem quietas, nos cantos, sem se manifestar, sendo que ainda possuem os resquícios de uma cultura patriarcal. Outro fato que já aconteceu de várias mulheres da comunidade ir procurar o Ministério Público e não são atendidas de acordo com a necessidade elas acreditam que seja pelo fato de ser negras e analfabetas (SILVA, 2015).

Por ser tão naturalizada, a violência machista, que não é reconhecida pela sociedade civil como um problema de grande relevância, mesmo sendo um fator vulnerável social, as pessoas se acostumaram inviabilizando diversas formas de violências contra as mulheres (SILVA, 1980). Porém o racismo e a discriminação são percebidos no cotidiano nas relações familiares, de vizinhança, no espaço do trabalho e demais espaços públicos. O discurso sobre essas questões, e mesmo a definição do racismo, parte da observação das relações ao redor de si (SILVA, 1980).

A vivência do racismo é algo que se vê no outro e não em si mesmo, pois na nossa comunidade as pessoas sofrem muito com o racismo, principalmente quando vão à cidade, como por exemplo, nos postos de saúde, andando na rua, no supermercado e outros. As pessoas percebem a diferença pelo modo do atendimento. Os jovens reclamam muito, quando eles vêm da comunidade para estudar na zona urbana, são bastante criticados pelos colegas pelo fato de serem negros e não falarem corretamente, ou seja, ocorre o desrespeito às variações linguísticas.

O racismo está presente até mesmo no nosso dia a dia aqui na LEdoC, pois somos muitos criticados pelos alunos dos diferentes cursos, e acreditamos que é pelo fato de sermos negros e ser a turma com o maior número de quilombolas no curso de Licenciatura em Educação do Campo.

2.4 Descrição da Escola Local

No que tange à relação entre a unidade escolar e a comunidade, pode-se afirmar que esta era bastante difícil, pois a comunidade não tinha muito acesso à escola. Os pais reclamavam que, muitas vezes, quando os professores os chamavam na escola era só para falar mal dos seus filhos, então isso os desmotivava em se aproximarem da escola. De alguns anos para cá isso foi mudando, os professores, com influências da Educação do Campo, vêm propondo aulas com o intuito de trazer os pais para dentro da escola, e isso tem feito com que mudanças já começassem a ser sentidas na realidade do ensino local, especialmente na participação da família no contexto escolar.

Uma das coisas que alguns pais sempre reclamam é do currículo, que já vem pronto para a escola, eles acham que isso é culpa dos professores e que eles não querem trabalhar de acordo com a realidade dos alunos. Isso é deplorável, se temos em vista um ensino inclusivo através da Educação do Campo (MOLINA, 2010).

Muitos jovens de Maiadinha não estão querendo permanecer na comunidade. A maioria desses tem hoje entre 16 e 20 anos de idade e reclamam que não têm acesso a uma educação de qualidade e muito menos a um emprego para manter suas necessidades.

Na comunidade existe apenas uma escola, que foi fundada no dia 18 de março de 1981. Nesta, atualmente, funciona o ensino fundamental e médio. Após a sua fundação, a escola ainda permaneceu por 26 anos funcionando num pequeno barraco de beiras no chão com pedaços de madeiras feitas pelos pais para que seus filhos sentassem e colocassem o caderno sobre suas pernas para escreverem.

Apenas em 2007 é que foi inaugurado o Colégio Municipal Maiadinha, que passou a atender a aproximadamente 100 crianças de 1º a 5º série do ensino fundamental, no período matutino. Como o colégio possui seis salas de aulas imensas, os familiares tiveram a ideia de ir até a Diretoria do Colégio Estadual Elias Jorge Cheim para pedir a implantação do ensino fundamental do 6º ao 9º ano em Maiadinha, utilizando a estrutura do Colégio Municipal, pois os mesmos não tinham condição de manter seus filhos na escola da cidade, algo que acabou sendo atendido após muita luta da comunidade.

Em 2015, depois de muita luta mobilizada por pais, comunidade e professores frente à Diretoria da Subsecretaria Regional de Educação do Estado Goiás, e a Escola Estadual Kalunga 1, resolveu-se implantar o 1º ano do ensino médio na comunidade, com apenas três professores.

Segundo a DSREGO, a continuidade da implantação é incerta no ano de 2016, porque a comunidade não tem energia elétrica, além de que, para manter um ensino de qualidade, os alunos dependem muito de fazer pesquisas para subsidiar nas suas aprendizagens, o que tem sido inviável em curto prazo no local.

Sabe-se que na escola local o 1º ano do ensino médio na comunidade foi implantado em 2015, isso levou muitas mães com idades de 16 a 22 anos voltaram a estudar. Elas terminaram o ensino fundamental há aproximadamente quatro anos, mas não tinham como continuar estudando, em razão da criação das filhas e filhos e também porque não tinham como se manterem na cidade. A única chance era então trabalhar na roça com os pais para poder se sustentarem. Essas mulheres se casaram logo cedo por causa da gravidez precoce e os esposos não aceitavam que elas morassem na cidade para terminar o ensino médio, pois eles acham que as mulheres, quando se casam, não têm direito a dar opiniões em nada, o dever delas é cuidar da família e obedecer às ordens do marido.

A realidade vivenciada por muitas jovens e mulheres Kalunga de Maiadinha, ligada à gravidez precoce, interrupção dos estudos e a discriminações de gênero na família e na comunidade, me motivaram a realizar o estudo sobre esse tema.

Doutra sorte, eu já vivi esse tipo de experiência, tive que sair da minha comunidade (Vão do Moleque) com 12 anos de idade para continuar meus estudos na cidade de Cavalcante Goiás, onde consegui, com muito esforço, terminar o ensino médio, para então voltar ao meu local de origem. Sofri muito trabalhando nas casas de famílias para terminar o ensino médio. Várias vezes eu pensei em desistir dos estudos e continuar trabalhando no campo, porque não tinha tempo de estudar, mas, infelizmente, meus pais não tinham condições de me ajudar e eu queria progredir nos estudos, isso me motivou a continuar na luta.

2.5 A Educação do Campo: Reflexões Sobre a Igualdade de Gênero

A Educação do Campo é uma demanda da luta dos movimentos sociais e da Reforma agrária que compreende as dimensões da luta política na sociedade brasileira, onde nos ajuda a perceber a importância da organização pelos nossos direitos. Com o passar do tempo, a Educação do Campo ganhou espaços nas políticas públicas para a Educação (CALDART, 2012).

A discussão da Educação do Campo é projeto histórico e, dentre o mesmo, o papel crucial da Educação, o que quer dizer que é o ser humano que se produz a si mesmo, é ao mesmo tempo produto da história e construtor da história; formado pela sociedade e formador da sociedade: sujeito de práxis (CALDART, 2012).

A Educação do campo nos ensina como realizar as atividades coletivas dentro e fora da escola, como nos organizarmos para lutar pelos nossos direitos, assim como os ingressos nas faculdades, que é direito de todos os cidadãos de bem, só que poucos ocupam esses espaços que são direitos de todos (MOLINA, 2010). Além disso, prepara-nos para trabalhar nas escolas do campo, nos orienta em como agir enquanto diretores, professores, secretários e outros diante dos problemas que enfrentamos nas escolas do campo.

Porque na realidade as escolas das comunidades é uma escola que atua no campo, mas com realidade da zona urbana, e não é essa a escola que nós queremos. Nós queremos uma escola que se adéque com a realidade de cada aluno e de cada comunidade. O trabalho na escola, enquanto bases da educação, deve estar ligado ao trabalho social, à produção real, a uma atividade concreta socialmente útil, sem o que perderia seu valor essencial, seu aspecto social, reduzindo-se, de um lado a aquisição de algumas normas técnicas e de outro a procedimentos metodológicos capazes de ilustrar este ou aquele detalhe de um curso sistemático, a escola tem o direito de falar da formação e da direção das preocupações da criança num sentido determinado, se é que deseja educar (PISTRAK, 2000).

A Educação do Campo traz também o movimento das mulheres camponesas. Essa luta vem de longe no Brasil, onde percebemos a presença das mulheres na luta pelo direito à cidadania, pelo reconhecimento do e no trabalho e também pela igualdade de tratamento, enfim, na luta contra a opressão, a exploração e a discriminação. Foi a partir dessas lutas que surgiram as relações sociais de gênero sobre o feminismo e a valorização das trabalhadoras rurais, como o reconhecimento da profissão, aposentadoria, salário maternidade, sindicalização e participação política. Esses processos de articulação das mulheres foram marcados e mobilizados

por movimentos estaduais e nacionais para que pudesse conseguir alguns direitos. Assim como dia 8 de Março e essa luta é construção de uma sociedade baseada em novas relações sociais.

Nas comunidades quilombolas, as pessoas mais velhas sempre falam que antigamente ninguém tinha o direito de votar, porque era analfabeto, mas com o passar do tempo foi se organizando e lutando até que chegou uma época que só os homens tinham o direito de votar, as mulheres não votavam, e muito menos o direito de citar uma palavra ou quer dizer dar a sua opinião (BAIOCCHI, 2006). Mas, com o passar do tempo, depois de muita luta, as mulheres ganharam o direito de votar e dar opinião em algumas reuniões da família. Mas, mesmo assim, continuou sendo vista como uma empregada que tinha o dever de cuidar de esposo, filhos, casas e ir pra roça trabalhar para ajudar nas despesas de casa.

De acordo com Pistrak (2000), a vida coletiva ainda é uma coisa de realização bastante difícil para nós. Entretanto, é claro que esta aptidão é agora particularmente necessária porque significa não apenas uma melhoria das condições atuais de vida, mas, também, a possibilidades de começar um novo modo de vida. Portanto o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola na verdade ele tem que ser adequado à realidade do campo e de cada aluno, pois a vida deles é totalmente diferente da vida dos alunos que vivem na cidade, até mesmo as férias dos alunos têm que ser de acordo com a época da colheita de cada comunidade para que assim os alunos possam ajudar os pais na colheita das produções.

Até o momento só existe uma escola na comunidade Kalunga que as férias são de acordo com a colheita da comunidade, que é a escola Estadual Kalunga 1, que também é conhecida por Escola do Senhor Getúlio, próximo à comunidade Vão de Almas, mas é uma escola do município de Monte Alegre de Goiás (BAIOCCHI, 2006).

Neste contexto, reforço que a escola onde eu estou inserida é a escola Estadual Kalunga 1, na Maiadinha, Vão do Moleque. Contudo, verifiquei que o currículo da escola ou a matriz escolar é totalmente diferenciada da realidade dos alunos, onde alguns professores seguem esse currículo por linhas retas sem se desviar um pequeno passo da matriz escolar, já outros professores, com conhecimentos sobre a necessidade de valorizar o sujeito do campo, preferem deixar essa matriz de lado e trabalhar a realidade do aluno com estratégia pedagógica e metodológica relevando a atualidade do currículo (BRANDÃO, 2014).

A escola, quando ela é bem organizada, bem estruturada, ela deve desenvolver e promover estratégias curriculares que garantam aos educando uma formação de conhecimento historicamente acumulado pela humanidade, como as suas histórias de vida, os meios de produção, os calendários de colheitas as festas religiosas. Isso tudo tem que estar dentro das matrizes curriculares, sem pensar nas merendas escolares, que tinha que ser compradas dos produtores rurais e abandonar esses alimentos industrializados que são entregues nas escolas para servir como lanches e causam problemas aos alunos (CALDART et al, 2012).

Para Pistrak (2000), as escolas em que as crianças tomam café e almoçam, pode ser melhor tratar, em primeiro lugar, da organização da alimentação. Com o tempo, pode se confiar às crianças o registro dos alunos ocupados em diversos trabalhos, a organização das sessões de leitura, resumo e exposições, a organização das festas escolares de espetáculos e outros. Pouco a pouco, nasce um jornal escolar, que reflete um conjunto da vida escolar; mais tarde, aparece uma revista escolar. Pouco a pouco organizam-se diversos grupos de estudos. Enfim, nasce a necessidade de uma organização para a formação política e geral, porque o papel da escola não é só formar cidadãos obedientes às Leis e ao regime do Estado; mas cidadãos que podem participar das organizações e das Leis, conscientes do que estão fazendo e participando e para que isso aconteça é preciso enraizar a criança do pré-escolar até o ensino médio, e mais, até a universidade, para a prática de vida social em diferentes fases vividas.

De acordo com Molina (2010) o nosso desenvolvimento depende de nossas aprendizagens. O ato de conhecer não é dado ao ser humano, e sim aprendido em suas relações sociais, que dependem da materialidade de condições concretas objetivas de vidas.

Cabe ressaltar que os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (BRASIL, 2012). E, nesse caso, o que deve ser feito é definir, em primeiro lugar, aquilo que no qual se pretende ser incluído, respeitando as diversidades e acolhendo as diferenças sem transformá-las em desigualdades.

A discussão da temática tem a ver, neste caso, com cidadania e democracia, no âmbito de um projeto de desenvolvimento em que as pessoas se inscrevem como sujeitos de direitos.

Precisamos ter uma visão de espaço que entenda a escola do campo não limitada ao espaço físico onde está instalada. A escola necessita ter uma maior participação da comunidade nas suas atividades, ela deve propor a possibilidade de extrapolar o espaço da sala de aula estabelecendo vínculos com a realidade local e seus sujeitos (MOLINA, 2010).

O artigo 51 da Lei das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, afirma que o direito de ingressar nos cursos de ensino agrícola é igual para homens e mulheres (BRASIL, 2012). Isso significa que o direito é igual para todos, independente de raça, cor e gênero, todos nós cidadãos brasileiros temos os mesmos direitos (BRASIL, 2012).

CAPÍTULO 3:

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo aborda sobre as entrevistas realizadas com três mulheres que são lideranças da comunidade Maiadinha e cinco mulheres que não são lideranças. O primeiro grupo foi entrevistado em seus lares no dia 03 de abril de 2015 e o segundo grupo no dia 04 de setembro de 2015 na residência de uma só das entrevistadas. As análises serão feitas de acordo os achados, levando-se em conta os fundamentos teóricos e os preceitos da pesquisa qualitativa. As falas dessas mulheres foram registradas através da transcrição em papel dos depoimentos.

3.1 Discursos das Mulheres: Lideranças da Maiadinha

As mulheres que são lideranças na comunidade Maiadinha, tiveram uma questão norteadora que as ajudaram a manifestar seus discursos. A seguir teremos relatos que nos ajudarão a refletir sobre suas histórias e realidade em torno do sofrimento, das difíceis condições de vida, inaplicabilidade de direitos sociais, das questões de gênero e violência contra a mulher.

Quando questionadas sobre a experiência de vida e a comparação da vida de antes com a sua vida agora na comunidade, as três mulheres, lideranças locais conseguiram expressar muito do que viveram, sendo mantidos em seus discursos elementos pertinentes ao seu modo de falar, buscando-se valorizar os detalhes orais dos seus conhecimentos e culturas, ao mesmo tempo em que se busca conduzir a reflexões mais profundas em torno da questão do gênero.

A seguir temos alguns discursos:

Eita mia fia já sufri demais se eu conta uma historia prô cê o cê num vai acridita, mia mãe pariu eu no mato correndo dos revoltosos, no ano de 1920. Ai agora o pano pra pude enrola eu foi na brusa de meu pai dizia mia mãe que foi um sofrimento (choro) (Liderança A, Comunidade Maiadinha, 03-04-2015).

Pra fazer as vasia de barru mia fia num é difiçu não (rissos) ôce corta o barru móia ele bem moiado, dexa passa di um dia pru outro e vai mudelano e cortano a vazia seja pote, butija ou si não quarquero coisa ai dispois di prontu dxa passar uns dia e põe pra assar tem umas qui fica bem lizinha bunita outra já racha tudo no assar. E otra mia fia no tempo di otro hora pra pita era nu cachimbo ou na paia di miio, o cachimbo é

feito di barru tamém(risos) (Liderança B, Comunidade Maiadinha, 03-04-2015).

Mia fia eu nasci no ano 1925, nessa época tudo era difíci, eu num me lembro direitho a data, mais teve uma epa que ninguém votava depois passo a te uma lei que só os homens votava. Nois muê sempre foi discriminada num podia nem fica na sala da casa pra num ovir o que os homens falava mia fia, eu casei com dizoitho anos cum esse home que ocê ta veno ai chorano, mais tinha que casa pruquê meu pai quiria, vim conhece rua com trinta e oitho ano que o chapéu de couro que ocês cunhece cumo Monte Alegre de Goiás. Mas hoje mudo muihito a vida mia fia. (Liderança C, Comunidade Maiadinha, 03-04-2015).

A vida dessas mulheres guerreiras foi marcada por muitas dificuldades, segundo elas, sempre foi preciso ajudar aos pais ou esposos no trabalho para manter as despesas de casa principalmente na parte da alimentação, o que interage com os apontamentos de Baiocchi (2006) em relação à realidade das mulheres quilombolas.

Através da fala da liderança B, que pratica o artesanato, é possível perceber que a mulher Kalunga também contribui com as despesas do lar, e exerce funções que normalmente são consideradas próprias para pessoas do sexo feminino. Muitas vezes o homem não auxilia nesses serviços, o que termina por originar-se de princípios machistas e discriminatórios (SILVA, 1980).

Conforme ainda essas mulheres, tudo era mantido pelo próprio cultivo, então, elas tinham que ajudar a derrubar, roçar, capinar e sem pensar no garrancho e no cisco, que são restos vegetais secos que ficavam da colheita e que elas eram e são obrigadas a pegar e queimar após a derrubada da roça. O cisco vem depois do garrancho que é ciscado com um ciscador de três ganchos de pau, esse cisco é juntado no meio da roça e queimado.

Segundo essas mulheres, depois de tudo isso, elas ainda tinham que ajudar a cortar e a carregar os paus para fazer a cerca da roça onde seriam plantados os mantimentos para a família, como: o feijão, o arroz, o milho, a batata e outros, sendo que também plantavam o algodão, que era usado na fabricação de roupas.

Segundo essas lideranças, as mulheres se reuniam para colher o algodão, depois de colhido, elas retiravam o caroço, fiavam em formato de pavió, para fazerem as linhas, tão logo começavam a tecer suas roupas e cobertas onde cada uma dessas mulheres que estavam ali produziam as roupas para suas famílias. Sem pensar nas vasilhas que eram fabricadas de barros, assim como o prato, a panela, a bacia e outros.

Com o passar do tempo, as coisas foram ficando cada vez mais fáceis. Quando surgiram os tecidos, essas mulheres passaram a trocar a farinha que produziam na comunidade por metros de panos para vestir toda a família. Com isso, o uso do algodão era só para fazer as cobertas, isso significa que foi facilitando cada vez mais a vida dessas mulheres guerreiras, como considera Baiocchi (2006) a respeito de mudanças positivas que aconteceram em torno do acesso a novas tecnologias.

Também houve relatos entre essas lideranças de que, nessa época, morriam muitas mulheres de parto, isso por falta de socorro, pois a comunidade era de difícil acesso e as mulheres davam a luz ali mesmo na comunidade, quando sentiam a dor, logo ganhavam o seu filho, o que era ótimo, pois facilitava a situação para as parteiras locais. Já quando o parto era complicado, e a mulher não conseguia dar a luz, acabava por morrer a mãe e o filho, porque os casos fugiam do controle das parteiras, que não conseguiam fazer nada, mesmo com seus benzimentos, remédios e simpatias.

O que essas lideranças expuseram ajudou em muito a entender a relevância dos saberes das mulheres da Maiadinha, bem como foi possível perceber suas representatividades em cada contexto da sociedade local. A partir de tudo que foi exposto por estas senhoras, conseguimos identificar aspectos diversos que revelam que as relações constituídas ao longo de suas vivências estiveram submetidas em parte às imposições masculinas, pois nem sempre os trabalhos realizados eram feitos de forma livre, mas sob o mando do pai, ou seja, do homem, o que fortalece a tese de Silva (1980) quanto às formas pelas quais as imposições de um gênero sobre o outro se manifesta especialmente contra a liberdade da mulher. Doutra sorte, a falta de qualidade de vida e o trabalho pesado imposto não só as mulheres, mas também aos homens tem a ver especialmente com a questão da divisão de classe social, com o descaso do poder público e com a má distribuição de renda.

3.2 Discursos das Mulheres Não Lideranças da Maiadinha

A partir do roteiro de entrevista, foi realizada a entrevista com cinco mulheres que não são lideranças, mas mulheres mais jovens que também compreendem o grupo em estudo e que poderão contribuir para a percepção quanto à realidade atual e vivências das mulheres da Maiadinha. As questões norteadoras foram colocadas às

entrevistadas de modo simples, levando-se em conta a interação e a competência linguística que precisa ser parte deste tipo de diálogo (CRESWEL, 2010)

Em relação à primeira questão (Para a senhora, o que vem dizer ser uma mulher quilombola?) obtivemos os seguintes discursos por parte de cada entrevistada:

É ser negra, kalunga, daqui de onde nois mora memo. Pra mim é tá sempri aqui aondi nasci e criei lutanu pra fazer mias coisinha (pausa) Assim cumu Vilmar custuma dizer lutanu pelu qui é di nós **(Entrevistada A)**.

Bom pra mim ser muié Kalunga é assumi qui somus negras, nus valoriza du jeitho qui somus e ta lutanu pelu qui é nosso **(Entrevistada B)**.

Pra mim é ta aqui nu meu luga ondi nasci e criei lutanu pelu qui é meu,e nunca faze quem muitos por ai qui vendeu sua terra foi embora pra cidade agora tai querenu um pedacin di terra sem sabe onde entra **(Entrevistada C)**.

Bom eu para mim é tá sempre lutando pelos meus direitos, e melhoria pra nossa comunidade sem deixar que as pessoas tomem conta do meu pensamento **(Entrevistada D)**.

Eu acredito que seja uma pessoa que sabe lutar por seus direitos e que pensa não somente em si, mas na comunidade também para que juntos podemos alcançar algo que beneficia a comunidade em conjunto **(Entrevistada E)**.

Observa-se que cada uma dessas entrevistadas reconhecem na identidade da mulher Kalunga a importância do lugar onde estas se encontram inseridas e a também a capacidade de lutar pelos direitos enquanto mulheres e negras, o que para Saraiva (2010) e Dias (2014) termina em ser a representação de superação e valorização dos princípios legais no que tange a dignidade e igualdade de gênero numa sociedade marcada pela discriminação.

Quanto à segunda questão (Como é o seu modo de vida, o jeito da senhora se manter aqui na comunidade?) o discurso foi este:

Ua mia fia aqui o meu modo de vida é cumu diz os custumo dos mais veiu é trabaia em casa, na roça pra judar nas dispesas da casa (pausa) Uá isqueci de fala das vasia de barru qui eu faço também mia fia (risos) pra recadar um dinheirinho qui quase ninguém comprava, mais de uns ano pra cá deu pra comprar di novo **(Entrevistada A)**.

Uai ieu aqui minha sobrevivença é tirada da roça qui ajudu meu maridu, das custura qui ieu faço diveiz enquandu, tem uma horta

também qui sempri recolhu as verduras e põem us mininu pra sai vendenu a 4 reais o quilu e do mais o bolsa famia qui recebu 180 reais pru mês **(Entrevistada B)**.

É mia fia a vida aqui é um poucu complicada praque quem num tem um sirvicin na prefeithura é o jeithu manté da roça mesmo cumo de custume, vendenu farinha,trocanu sirviço mais us amigu divez em quandu mata um gadu pra vende pra comprar outras coisas e é assim a vidinha di nós **(Entrevistada C)**.

Bom, meu esposo trabalha de agente saúde e eu sempre tenho a minha hortinha para ajudar nas despesas de casa e a roça que a gente planta todos os anos um ano tem lucro outro não e é assim a minha vida **(Entrevistada D)**.

Infelizmente a nossa comunidade ainda é uma comunidade bastante preconceituosa, machista e que ainda adota um patriarcado muito forte e espero que com a ajuda da secretária de Igualdade Racial, as lideranças da comunidade e o Ministério Público que já nós ajudou bastante e com certeza vai ta sempre ajudando isso pode diminuir cada vez mais **(Entrevistada E)**.

Observamos que em vários instantes, especialmente nas falas das entrevistadas A, B e E, que a mulher da Maiadinha exerce em muito a função de ajudante e auxiliar nos trabalhos do marido, tendo em vista garantir o sustento do lar, o que interage com Dias (2014) que salienta que a mulher quilombola por muitas vezes vem assumindo um papel apoiador ao companheiro, necessariamente no trabalho que possibilita levar o pão para os filhos.

O que essas mulheres expõem sobre o modo de vida na Maiadinha, demonstra a presença feminina nas práticas sociais, no que tange ao trabalho manual, e à participação destas na obtenção de recursos necessários à sobrevivência e manutenção familiar, que advém especialmente do cultivo do solo, como bem considera Saraiva (2010) em relação às bases nas quais estão sustentadas as mulheres quilombolas, que podem ser definidas como: trabalho, função auxiliar do esposo, luta por direitos, superação de desafios. Algo que chama bastante atenção é o discurso da entrevistada E, esta destaca que a vida das mulheres quilombolas da Maiadinha é fortemente marcada pelo preconceito, e relações de superioridade do homem neste contexto, o que para Dias (2014) representa formas de desigualdade de gênero e que precisam ser combatidas, pois além do mais, a mulher também faz parte das conquistas na vida social, o homem não adquire tudo sozinho e muitas vezes a esposa, a filha e entre outras é que na prática exerce papéis que tradicionalmente seria masculino, então, por que excluí-las ou discriminá-las?

Ao ser apresentada a terceira questão (o que a senhora acha que mudou na comunidade do seu entendimento até os dias atuais?), as mulheres quilombolas disseram:

As coisa mudo dimas mia fia ieu tem até medo de já ser final di mundo, muiê casa hoji laiga amanhã (pausa) num é qui nem mas pra traz qui as muiê era direitha obidicia us maridu hoje quem que ser chefi da casa é as muiê, us filhu também num iscuta us pai ta dum jeithu qui nem chuva que chuve mais (**Entrevistada A**).

Ando mudano muitha coisa pra cumeça os filhu não iscuta mais us pais igual era atingamente, as moça hoji num casa mais é só sai pra cidade na discurpa de escola (rissos) e logu ta tudo parida, as muiê não iscuta mais us maridu, ocê acha qui si fossi na quele tempo de outrora mia fia ocê ia pra Brasila istuda di jeithu ninhum pruque o marido num deixava (rissos) (**Entrevistada B**).

Vixe mia fia ta bem complicado as coisa mioro por um ladu e fico difíci por outro ladu, pareci qui os povu hoji num reza mais, qui é pai matanu fii é fii matunu pai, chuva num chovi mais qui nem atingamenti tem hora qui ieu penso qui é fim di mundo (**Entrevistada C**).

Minha filha as coisas hoje mudou bastante, eu não sei se é porque já sofre demais, teve um tempo atrás que meu marido me batia demais porque ele tinha uma companheira fora ai tudo que eu fazia tava ruim pra ele, me batia, batia e a boba parada dentro de casa tentando esconder depois chegou um tempo que eu cansei fui até a cidade e eu mesma reclamei na delegacia e eles o chamaram lá e explicou umas coisas pra ele, mas foi mesmo que ter colocado água no fogo o homem mudou tanto nem parece ser aquele. Às vezes nós mulheres mesmo tem que tomar decisões nas nossas vidas (**Entrevistada D**).

Pelo que eu percebo já mudou muitas coisas, mas a maioria ainda precisa ser mudada como, por exemplo, pais que está sendo comprados para não comparecer na justiça, negando o direito de suas próprias filhas (**Entrevistada E**).

Em cada fala acima identificamos discursos que reforçam o tema relacionado a aspectos relacionados à desigualdade de gênero e violência contra a mulher na comunidade Maiadinha, e ainda, suas expressões ajudam a identificar que, embora nem todas estas sejam alfabetizadas, as mesmas possuem conhecimentos e saberes diversos que ajudam a incrementar ainda mais sobre a valorização das diferentes formas de letramento presentes no campo. Mas, de certo modo, a partir do que dizem as entrevistadas, podemos compreender que as relações sociais e a afirmação da mulher na localidade têm ganhado espaço, especialmente no que tange ao acesso ao

direito de saírem da localidade em busca de estudar (mas há casos que esta saída é marcada por gravidez precoce, o que pode ser fruto até mesmo de abuso sexual em consequência do êxodo rural à procura de vida melhor), de denunciar o opressor nos casos de violência doméstica, o que para Silva (1980) representa uma forma de coragem e luta pelos direitos da mulher e que precisa fazer parte de cada uma dessas, visando à chegada da igualdade de gênero.

Em relação à quarta pergunta (como a senhora acha que a discriminação de gênero e feminismo estão presentes na comunidade?) percebemos que as entrevistadas possuem o entendimento que esta questão não está distante da realidade local:

Bom ieu acridito qui a discriminação ta sempri presente na comunidade,pruque pelu qui ieu vi Vanda falono lá riunião qui tevi na capela nós muiê é sempri disvalorizada,sofri muiho e inda tem que i pra roça pra ajuda nas dispeza de casa muihas vezes duenthi ainda **(Entrevistada A)**.

Uai ieu acridito qui desdi qui surgiu a comunidade dos Kalunga isso ta bastanti maicado na comunidade pruque pelu que ieu via minhas avós e bisavós conta agora é qui ta quebrano mais isso,pruque ieu inda era mocinha crescenu ieu lembriu de mias tia conta o tantu quesas sufria na unha do maridu dela e ieu lembriu cumu se fossi hoji quandu ezas falava qui ia laiga o maridu dezassuspiros), meu avô falava era di bate nezas,dizia qui era pruque quiria fica rapariga muié da vida,pra vive na língua do povu ai eza quetava pruque num tinha pra ondi ir cá casa cheia di fii **(Entrevistada B)**.

Pra mim puru um ladu tem hora qui as muie mesmu ta errada,oce vê qui hoji as muié ta indu mais na rua di qui us homi,aondi já viu issu muié quere ser cabiceira di casa.Agora uma coisa qui ieu já prestei muiha tenção é qui nois preto e mal atindido no hospital a genti leva é tempo pra ser atindido primeiru eles atendi us branco e sobra ficha atendi us preto,ieu só atindida mais ligeiro quano um dus minino ta mais ieu que fala umas coisa pra eles logu ai é num istanti eles me atendi **(Entrevistada C)**.

Só em pensar que na comunidade ainda existe mulher que só vive dentro de casa pra cozinhar e cuidar do marido e dos filhos, porque até um serviço oferecido pelo vereador da cidade pra essa mulher trabalha de merendeira na escola, o marido não aceitou isso quer dizer que ainda existe um machismo muito grande na comunidade e essas barreiras tem que ser quebradas **(Entrevistada D)**.

Eu percebo essa discriminação pelo fato da maioria das mulheres serem apanhadas, espancadas e às vezes até morta pelos esposos e a justiça nada estava resolvendo, mas agora sim as coisas começaram a agir **(Entrevistada E)**.

A violência e a discriminação contra o ser mulher é algo demonstrado fortemente nos discursos das entrevistadas o que ajuda a fortalecer a tese de Silva (2013), de que formas silenciosas de crimes são identificadas no cenário quilombola, fazendo-se jus fortalecer as discussões em torno disso, e ao pensarmos nas práticas da escola local, por que não utilizarmos este espaço para evidenciarmos ainda mais esta questão, pois conforme Molina (2010), a unidade de ensino que tem em vista a educação do campo precisa contribuir para a transformação da realidade local, e nesse sentido, esse tema estudado faz parte do contexto de Maiadinha, que necessita ser pensado nesta perspectiva.

Quanto à quinta questão (E quem devemos procurar para evitarmos esses tipos de problema na comunidade como, por exemplo, a violência doméstica, o trabalho escravo, a violência sexual e outros) observamos que as mulheres estão por dentro das principais instituições que podem contribuir para o resguardo dos direitos da mulher:

Eu acredito que é a promotora, a polícia e a quezas muié qui vivi atrás das mães pra cuida dos filhu(rissos) o conseiu tutela **(Entrevistada A)**.

Uai mia fia nessi tipu di agressão, comu diz mia minina a genti tem qui procura a polícia, a promotora e os amigus qui intendi pra ajuda a genti **(Entrevistada B)**.

Cum certeza é a polícia, a promotora e as pessoa qui intendi da lei **(Entrevistada C)**.

Com certeza é o Ministério Público da cidade e até mesmo a polícia **(Entrevistada D)**.

Pois devemos procurar o ministério publico, a delegacia e o conselho tutelar da nossa cidade **(Entrevistada E)**.

A partir do que essas entrevistadas disseram, é gratificante perceber que as poucas intervenções realizadas por intermédio da escola da Maiadinha em parceria com o Ministério Público em torno da igualdade de gênero e da luta contra a violência direcionada à mulher quilombola, tem surtido alguns efeitos, especialmente pelo conhecimento que essas mulheres já demonstram ter no que toca às entidades de controle a que podem recorrer.

Isso termina por ser apenas uma pequena amostra de como a presença da escola do campo contribui e pode contribuir para que cada vez mais a sociedade local, especialmente a mulher seja conscientizada do seu valor social e da necessidade de que essa lute por seus direitos sociais e pela liberdade de ir e vir numa sociedade patriarcal e opressiva (SILVA, 1980). Entre as ações educativas que podem ser realizadas pela escola para que os homens e mulheres se conscientizem ainda mais sobre a igualdade de gênero, sobre o crime do abuso sexual e da violência contra a mulher podemos destacar: palestras, debates, mesas redondas, oficinas, amostras de vídeos e filmes, e a exposição das leis buscando-se a devida participação dos pais de alunos, da comunidade escolar e local para cada atividade desenvolvida neste contexto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa, nos vários pontos que a constitui, ajuda a somar e contribuir para construção de um olhar reflexivo sobre a desigualdade de gênero, violência e necessidade de luta pelos direitos das mulheres quilombolas da comunidade Maiadinha, no Vão do Moleque, no município Cavalcante Goiás.

Além disso, na perspectiva da garantia de uma Educação do Campo que leva em consideração os problemas sociais que são enfrentados pela comunidade local. Enquanto educadores do campo, devemos incentivar as mulheres desta localidade a lutarem pelos seus direitos sociais, e mostrar a todas as outras pessoas da Maiadinha

que estas são importantes nas diferentes relações sociais, inclusive no que tange ao trabalho realizado no contexto onde vivem.

E ainda, é preciso buscar cada vez mais estratégias para incluirmos essas mulheres na educação, alfabetizar aquelas que não sabem ler ou escrever, possibilitar a todas que deem continuidade aos seus estudos no próprio local onde estão inseridas. Nesse sentido, precisamos lutar para que haja seguridade quanto a ministração de qualidade do ensino básico (fundamental e médio) a toda população de Maiadinha, considerando-se que apesar da existência destes níveis de ensino, ainda há vários elementos a desejar, inclusive o que diz respeito à metodologia das aulas, e introdução da realidade local ao ensino ministrado.

O que inspira em muito o trabalho transdisciplinar e interdisciplinar no contexto da escola local, especialmente no que se refere ao trabalho com temas polêmicos pelos diferentes professores e disciplinas junto aos educandos, são os ideais difundidos dentro da educação do campo por intermédio de Molina (2010), Caldart (2012) e Brandão (2014) que se referem ao ensino cada vez mais interativo e desvinculado dos parâmetros impositivos do capitalismo que excluem os sujeitos do campo e suas realidades.

Esta pesquisa, que buscou especialmente ser qualitativa no estudo da temática apresentada, foi direta na busca por informações sobre a vivência de cada uma das mulheres (lideranças e não lideranças) trazendo para este meio social a importância de lutas pelos direitos femininos.

Enfim, vimos que, há muito que ser feito para que cada vez mais as mulheres da Maiadinha possam se manifestar e expressar suas realidades, esse trabalho buscou apoiar este propósito ao possibilitar a essas a retratação de seus discursos.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. A. **Mulheres espancadas**: a violência denunciada. SP, Cortez, 1985;

AZEVEDO, M.; GUERRA, V. N. A. **Um estudo sobre a vitimização sexual de famílias**. São Paulo, Roca, 1988.

BAIOCCHI, Mari de Nazaré. **Kalunga**: Povo da Terra. Goiânia: Ed. UFG, 2006, p. 132.

BAIOCCHI, Mari Nazaré. **Literatura Oral em Quilombos Remanescentes, Kalunga e Barreirinho**. Congresso Internacional De Culturas Afro- Americanas, Salvador - BA: 24- 30, agosto, 1997.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Presença Pedagógica**. Diálogo entre a universidade e a educação básica para a formação do professor. V.20, n. 120. Nov/dez, 2014.

BRASIL. **Uma História do Povo Kalunga**. Brasília. Ministério da Educação – MEC, 2001.

BRASIL. **A Escola Interrompendo o Ciclo da Violência Sexual**, 2004. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/guiaescolar/guiaescolar_p029_037.pdf.

Acesso em: 15/08/2015.

BRASIL. LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [recurso eletrônico]. – 7. Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. 44 p.

BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [recurso eletrônico]. – 7. Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012, 44 p. (Série legislação; n. 95).

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo**. In: CALDART, Roseli Salete [et al]. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p.259-267.

CALDART, Roseli Salete [et al]. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, 788 p.

COSTA, Vilmar Souza. **A Luta pelo território**: histórias e memórias do povo Kalunga. Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo – LEdoC, da Universidade de Brasília, como requisito parcial á obtenção ao título de licenciado em Educação do Campo, com habilitação na área da Ciência da Natureza e Matemática. Planaltina/DF: UnB, 2013. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/7260/1/2013_VilmarSouzaCosta.pdf. Acesso em: 19/04/2015.

CRESWELL, Jonh W. Projeto de Pesquisa: **Método Qualitativo, Quantitativo e misto**. 3ª Edição. Porto Alegre, Artmed, 2010, 296p.

DARNTON, Robert. Edição e sedição. O universo da literatura clandestina no século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DIAS, Josélia Batista. **Construindo a Igualdade de Gênero na Chapada dos Veadeiros**: A mulher negra no mercado de trabalho. Artigo enviado ao CNPq para concorrer ao IX Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, 2014, 15p.

FERNANDES, Maria Pereira; GODINHO Tereza. **Cultura Negra**. Brasil. Ed. UFG, 2005, p. 70-72.

GENTILE, P; BENCINI, R. **Remanescente de Quilombos**: Descobriu a Própria Historia. Nova Escola On- Line, Ed.165, 2003, p. 223.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro; Objetiva, 2009.

IBGE. Dados de Cavalcante-GO, 2013. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=520530>. Acesso em: 10/03/2015.

JORNAL TRIBUNA NEWS. **Prefeitura de Cavalcante se prontifica a atender medidas para reforçar combate a abusos contra crianças**. In: Jornal Tribuna News, Ano 28, nº 400, 25 de abril a 25 de maio de 2015.

JORNAL CORREIO BRASILIENSE. **Abuso sexual contra meninas Kalunga em Cavalcante – GO**. In: Jornal Correio Brasiliense, 12 a13 de abril de 2015.

JORNAL O POPULAR. **Abuso sexual em Cavalcante**. In: Jornal O Popular, Goiânia - GO, 04 de abril de 2015.

MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa II: questões para reflexão** organizadora. – Brasília: MDA/MEC, 2010.

PISTRAK, M. Fundamentos da escola do trabalho. SP: Expressão Popular, 2000.

RABELO; CALDAS; JÚNIOR. **Violência Contra a mulher e Violência Doméstica**. V. 41, N. 6. São Paulo, Dez. 2007.

RODRIGUES, William Costa. **Metodologia da Pesquisa**. Paracambi: FAETEC/IST, 2007. Disponível em: http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/metodologia_cientifica.pdf. Acesso em: 10/03/2015.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B. **Violência contra a mulher: Dimensão necessária da dominação**. In: Temas. São Paulo, IMESC, no prelo, 1985

SANTELIO, M. D.; ELEITTENBERG H. **Sexual Aggression**. Vict, 1993, p. 91-104.

SARAIVA, Regina Coelly. **História, memória e identidade**. Brasília: UnB, 2010.

SILVA, Joelma Rodrigues da. **“Amordaçadas e ruidosas: um estudo sobre estupro, assassinato e santidade de meninas no Brasil”** – 1973/1996. 1. ed. – Curitiba, PR: CRV, 2013.

SILVA, Joelma Rodrigues da. **Sobre Mulheres e Destino**. 1980, 16 p.

SILVA, Halanna Ferreira Da. **Abuso Sexual De Meninas Kalunga**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para conclusão do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC), sob orientação da professora Joelma Rodrigues da Silva, 2015, 56 p.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO Mônica de. **O que é Violência Contra a Mulher**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2003.

APÊNDICES

Roteiro de entrevistas para lideranças

- 1- Moradora da comunidade, a senhora pode me falar um pouco da sua experiência de vida? Consegue comparar a sua vida de antes com a sua vida agora na comunidade, enquanto liderança local?

Roteiro de entrevistas para não lideranças

- 1 - Para (você) senhora o que vem dizer ser uma mulher quilombola?

- 2 - Como (você) à senhora acha que a discriminação e a desvalorização da mulher estão presentes na comunidade?
- 3 - O que (você) a senhora acha que mudou na comunidade do seu entendimento até os dias atuais?
- 4 Como (você) a senhora acha que a discriminação e a desvalorização da mulher estão presentes na comunidade?
- 5 E quem devemos procurar para evitarmos esses tipos de problema na comunidade como, por exemplo, a violência doméstica, o trabalho escravo, a violência sexual?